**Ata número seis 2017/2018**

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas reuniu a Reunião Geral de Alunos (RGA), no Anfiteatro 9 pertencente ao Complexo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (ICBAS) / Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP), sito na Rua Jorge Viterbo Ferreira nº 228, devidamente convocada, com o propósito de discussão da seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação de um Comunicado relativo à alteração ao Plano Curricular do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas;-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Reunião Geral de Alunos foi iniciada, após o devido tempo de espera, visto não se verificar quórum, às dezoito horas e trinta e cinco minutos. Procedeu-se à contagem dos presentes e foram contabilizados trinta e sete estudantes, contando com os três elementos presentes da Mesa. ---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Iniciando o ponto descrito na convocatória, Norberto Parente informou que a Comissão Diretivo-Pedagógica (CDP) esteve a discutir ativamente a situação das alterações ao Plano de Estudos, sendo que na última reunião deste órgão tomou-se a decisão de, no sentindo de antecipar uma das partes das medidas apresentada pela Comissão de Avaliação Externa da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), apresentar um comunicado. Norberto Parente explicou que a A3ES era responsável pela acreditação dos vários cursos das universidades portuguesas, sendo que o Mestrado em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP) foi alvo, em 2015, dessa avaliação, tendo recebido uma visita duma Comissão de Avaliação Externa (CAE) e acrescentou que o Relatório Final da CAE foi publicado no mês de abril do ano 2018. Completando a lógica, Norberto Parente declarou que a mudança do Plano Curricular foi uma consequência do relatório entregue pela CAE e que, depois da entrega desse, a FFUP teve 10 dias para apresentar uma pronúncia sobre o mesmo. Assim sendo, explicou Norberto Parente, a direção da FFUP em parceria com o Conselho Científico apresentou um plano de mudança, no qual constava uma medida a curto prazo, a adição de 3 Unidades Curriculares (UCs) no Plano Curricular do ano académico 2018/2019 e uma medida a médio prazo que consistia numa revisão estrutural do Plano Curricular, sendo encarregue dessa revisão uma CAE que teria como linha de guia as Normas da Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP) e as Normas Europeias. Por fim, Norberto Parente afirmou que as mudanças tiveram pouca expressividade, realçando que foi essa a opinião colhida juntos dos outros estudantes e que se haveria uma hipótese de alterar o Plano Curricular, deveria ser uma alteração consciente, eficaz e duradoura, excluindo a necessidade de voltar a realizar mudanças em anos seguintes.--

Norberto Parente sugeriu a leitura na íntegra da proposta do comunicado e, de seguida, uma leitura parágrafo a parágrafo com possibilidade de discussão e alteração. Norberto Parente começou por explicar que, na parte inicial do documento, estava uma lista dos destinatários desse e no parágrafo seguinte o comunicado em si. Tiago Rodrigues perguntou se o comunicado seria redigido e entregue com o conhecimento de todos os professores. Norberto Parente retorquiu que estava a pensar entregar o documento pessoalmente a todos os destinatários. Tiago Rodrigues sugeriu que o documento fosse enviado com o conhecimento de todos os professores, visto que continha pontos referentes a várias UCs e os respetivos regentes deviam ter conhecimento do conteúdo desse e também enviaria para a Reitoria da Universidade do Porto. Norberto Parente respondeu que não estava a pensar encaminhar o documento para a Reitoria, uma vez que as pessoas que estavam citadas seriam as que podiam ter voto na matéria e ajudar os estudantes diretamente nesse tema. Pedro Carneiro questionou a razão pela qual a professora Natércia Teixeira, Vice-Diretora da FFUP, não estava na lista dos destinatários do comunicado. Norberto Parente respondeu que os órgãos citados eram aqueles que mais impacto teriam sobre estas mudanças, sendo o Conselho Científico (CC) essencial a manter visto que opinava diretamente sobre as mudanças ao Plano Curricular, o Conselho Pedagógico (CP) pronunciava-se sobre as decisões do CC e o Conselho de Representantes (CR) que se pronunciava sobre o Plano de Atividades da FFUP, orçamentos e também porque seria essencial ter um Plano Curricular adaptado à realidade do trabalhador. Tiago Rodrigues concordou com o Pedro Carneiro em relação à adição da professora Natércia Teixeira na lista dos destinatários, voltando a frisar que os professores também deviam ser incluídos pois a maioria não tivera conhecimento sobre estas alterações e a Reitoria, na medida em que era um órgão que aprovava esse tipo de decisões.---------------------------------------------------------------------------------------------

Norberto Parente procedeu à leitura do documento. Aquando da leitura de alguns comentários da CAE sobre o Plano Curricular, presentes num documento em separado do comunicado, Tiago Rodrigues sugeriu a adição destes ao próprio documento. Norberto Parente realçou o ponto 3.2.7 Recomendações de Melhoria “fomentar a cooperação profissional com outras áreas da atividade farmacêutica” e o ponto 6.1.7. Recomendações de Melhoria “Implementação de UCs obrigatórias direcionadas para o cumprimento integral do ato farmacêutico, em particular a habilitação para a componente em Farmácia Comunitária”, frisando a importância de, nesse primeiro passo, o Plano Curricular proporcionar uma maior ligação com a Farmácia Comunitária e deixar as outras áreas para uma avaliação posterior e, por fim, Norberto Parente leu o ponto 8.1. Observações “Elevado ênfase formativo em matérias (…) em detrimento de matérias mais relevantes no domínio das Ciências Farmacêuticas, em particular matérias de vertente clínica orientadas para uma prática profissional dirigida ao doente.” Norberto Parente continuou a leitura do comunicado e no ponto “Possibilidade de personalização do percurso académico” lançou uma questão aos presentes quanto às Unidades Curriculares Optativas (UCO), visto que na reunião do CDP não se chegou a nenhuma decisão, explicando que, na sua opinião, devia-se manter o leque de escolha pois assim a personalização do percurso dos estudantes não estaria posta em causa e seria difícil manter o número de UCs a oferecer diminuindo as UCO, propondo que se mantivesse as 8 UCO. Pedro Carneiro questionou se esta medida seria aplicada ao plano de transição. Norberto Parente respondeu que esta medida seria para aplicação numa segunda fase de mudanças que viria depois da avaliação pela CAE, relembrando que essa foi uma medida a médio prazo apresentada pela direção da FFUP. Tiago Rodrigues esclareceu que o plano apresentado na sessão de esclarecimento era efetivo para todos os anos curriculares do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) e que o plano de transição apenas se aplicaria ao quarto e quinto ano curricular do ano académico 2018/2019.-------------------------------------------------------------------------------------

Norberto Parente apresentou o documento que a faculdade enviou à A3ES, clarificando que o objetivo do comunicado seria antecipar a medida a médio prazo apresentada no documento, que consistia numa avaliação interna, justificando que tal seria necessário para a situação da escolha das opcionais voltar à normalidade e para ajustar o Plano Curricular à realidade do setor. Norberto Parente acrescentou ainda que, uma vez encerrado esse processo de aplicação da medida a médio prazo, não seria possível fazer alterações, logo, seria imprescindível agilizar o processo e tomar decisões acertadas para as gerações seguintes de estudantes.------------------------------------------------------------

Norberto Parente voltou a inquirir sobre as UCO, uma vez que o Plano de Estudos 2018/2019 previa uma alteração ao número de UCO de 8 para 5, explicando que existia duas opções de redação do Comunicado referente a este assunto, ou os estudantes propunham a manutenção das 8 UCO ou apenas se referia que não se devia reduzir o número de UCO pois essa era uma característica distintiva no percurso académico dos estudantes. André Lopes perguntou se se manteria o período de escolha das opcionais ou se esse processo de personalização iria começar antes do segundo semestre do terceiro ano curricular. Norberto Parente informou que a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) iria apresentar um Plano de Estudos que seria elaborado numa ocasião posterior mas que o importante a decidir era a questão proposta anteriormente. Daniela Silva propôs escrever-se “no mínimo 8 UCO” uma vez que, ao não se escrever algo concreto iria-se deixar mais uma questão em aberto e ao estipular-se um mínimo não se estaria a limitar as possibilidades futuras. André Lopes respondeu que, depois da reunião com o corpo dos docentes, esses passaram a ideia que não queriam uma grande variação de créditos de aluno para aluno. Norberto Parente clarificou que se tratava de assuntos diferentes porque uma das consequências do Plano Curricular implementado seria que alguns estudantes não iriam conseguir atingir os 300 créditos, contudo nesse momento o crucial não seria o valor dos créditos, dado que os 30 créditos por semestre teriam de se manter e o que podia variar seria a sua distribuição mas sim a quantidade de UCO que os estudantes queriam. Raquel Alves comentou que seria necessário deixar claro que não se devia reduzir o número de UCO pois os estudantes frequentam um Mestrado Integrado e um mestrado devia ser marcado por poder proporcionar uma personalização do percurso académico. João Guedes considerou importante estar presente no comunicado a ideia de que o MICF devia manter um grande leque de opcionais, contudo, seria demasiado cedo para propor medidas concretas, sendo que o mais importante era anunciar aos professores da necessidade de se formar uma Comissão de Avaliação e só depois da avaliação dessa comissão propor medidas concretas de mudanças. Daniela Silva questionou João Guedes se ao estar redigido no comunicado que os estudantes não queriam uma alteração ao leque de UCO, mesmo sem mencionar um número concreto, já não se estaria a apresentar uma medida. João Guedes concordou que esse seria um ponto importante a mencionar mas que indicar um número concreto seria precipitado. Tiago Rodrigues concordou com João Guedes afirmando que o documento devia conter as preocupações dos alunos em relação às consequências destas alterações e que a passagem de 8 UCO para 5 UCO iria reduzir o poder de escolha dos estudantes e mesmo o método de escolha e as vagas destas iriam reduzir ainda mais as oportunidades dos estudantes. Adriana Martins advertiu que o tema em questão derivava do primeiro ponto do comunicado, propondo a sua inclusão no tópico “Revisão do plano curricular como medida de primeira necessidade”. Tiago Rodrigues acrescentou ainda que se devia colocar um ponto no comunicado sobre a forma como foram divulgadas estas alterações. Daniela Silva referiu que esse ponto exalta a importância de cada estudante traçar o seu percurso individual e, ao se estar a reduzir o número de UCO, se estava a retirar esse fator característico do MICF. Norberto Parente retorquiu que as medidas aplicadas eram insatisfatórias e que iriam ter impacto no futuro, devendo os estudantes evitar uma situação desfavorável e começar desde aquele momento a tomar uma posição, sendo que se pretendia que o comunicado chegasse aos elementos responsáveis pela avaliação das mudanças logo nos momentos iniciais. Tiago Rodrigues propôs a alteração do ponto para “O Plano de Estudos 2018/2019 prevê uma alteração ao número de Unidades Curriculares Optativas (UCO) de 8 para 5, diminuindo a possibilidade de diferenciação do percurso académico entre os estudantes do MICF, o que contraria os objetivos do ciclo de estudos e as necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. Face à diminuição da possibilidade de escolhas consequente às alterações imediatas ao Plano é urgente a melhoria dos mecanismos dessa escolha, vulgo número de UCO disponíveis, horários das UCO (permitindo a sua conciliação) e o número de vagas disponíveis conforme preferências prévias dos estudantes, devidamente auscultados”. Norberto Parente sugeriu uma votação para a menção ou não das 8 UCO no documento mas Tiago Rodrigues discordou, propondo que se fizesse primeiro uma votação sobre o propósito do ponto, se seria alertar para uma consequência do plano que se iria instaurar ou se teria um carácter de medida futura. Norberto Parente respondeu que o documento não se deveria referir ao ano académico 2018/2019 pois as medidas ainda não se efetivaram e os estudantes poderiam estar a dar uma imagem de suposição.--------------------------------------------------------------------------

Procedeu-se à discussão do ponto a levar a votação. Gonçalo Correia afirmou que a proposta inicial de Norberto Parente poderia levar a duas interpretações e que se devia redigir de forma mais clara. João Sousa propôs a adição do advérbio “tão” entre “alteração drástica”. Norberto Parente sugeriu apenas a remoção da menção do número de UCO. Miguel Neves explicou que não estava a fazer sentido propor alterações a essa medida pois ainda nem tinha sido aprovada. Maria Monteiro apresentou todas as propostas de alteração e abriu votação para alteração do ponto, tendo sido aprovado por maioria. De seguida, Maria Monteiro pediu para que cada estudante responsável pelas sugestões de alteração apresentasse a medida redigida. Quanto à medida proposta por Tiago Rodrigues, Daniela Silva referiu que mencionar a melhoria dos mecanismos de escolha das UCO seria um assunto que não devia ser incluído nesse ponto pois tornava a medida muito específica. Gonçalo Correia discordou pois quantos mais pontos negativos apresentados por parte dos estudantes, maior impacto iria ter junto dos órgãos responsáveis por estas alterações. Adriana Martins sugeriu a adição da parte “como sofreu no plano de transição”, depois de “(…)alteração ao número de Unidades Curriculares Optativas (UCO) de 8 para 5 (…)”, mantendo-se o resto. Maria Monteiro explicou que, se não houvesse uma proposta votada por maioria, iria-se voltar a votar nas duas opções mais votadas. Após uma segunda votação, a proposta de Tiago Rodrigues foi aprovada por maioria.--------------------------------------------------------------------

Norberto Parente prosseguiu com a leitura do comunicado. Tiago Rodrigues sugeriu a alteração do ponto “Revisão dos objetivos e programa das Unidades Curriculares (UCs)”, uma vez que estar presente que a discrepância entre as cargas de trabalho era um dos critérios de preferência dos estudantes na escolha das UCs iria diminuir a força do comunicado, passando a ideia de que os estudantes queriam apelar ao facilitismo. Norberto retorquiu que a mensagem a passar com aquele ponto era que as UCs não exigiam a mesma carga de trabalho e não existia uniformidade e que a escolha das UCs era moldada em função desse desequilíbrio e não em função do gosto pessoal. Tiago Rodrigues respondeu que existiam outros exemplos mais eficientes em relação à deficiente distribuição da carga do horário e que não iriam colocar em causa a força do comunicado. Eduardo Moreira sugeriu a inclusão do facto de que as UCs, com o novo Plano Curricular, teriam o mesmo número de créditos, o que exigiria uma adequação da carga de trabalho e uma restruturação por parte dos docentes. Tiago Rodrigues sugeriu a inclusão de 4 pontos, nomeadamente “Harmonização dos objetivos das UCs de forma a promover um percurso construtivo”, “Premência e atualização dos programas das UCs”, “Adequação da carga horária ao número de créditos” e “Harmonização dos momentos de avaliação”. Maria Monteiro abriu votação para a remoção do parágrafo, sendo aprovado por maioria. Maria Monteiro abriu discussão para uma possível inclusão de ideias ainda no ponto “Revisão dos objetivos e programa das Unidades Curriculares (UCs)” e para o restante conteúdo do documento. Após discussão das alterações, Alexandra Duarte leu todas as alterações feitas ao ponto “Revisão dos objetivos e programa das Unidades Curriculares (UCs)”. Daniela Silva advertiu que o ponto estava muito extenso e que a proposta anterior já continha alguns pontos que foram realçados na proposta de Tiago Rodrigues e que, sendo assim, sugeria uma adequação da proposta de Tiago Rodrigues à proposta já existente. Bruno Ferreira exaltou que o único ponto que não estava presente na proposta anteriormente existente era “Harmonização dos momentos de avaliação”. Maria Monteiro levou a votação as duas propostas, a de Tiago Rodrigues e a versão mais compactada derivada das alterações feitas pelos estudantes, tendo sido esta última aprovada por maioria.--------------------------------------------------------

Gonçalo Correia relembrou que os estudantes não tinham chegado a uma conclusão sobre os destinatários do comunicado. Daniela Silva explicou que, nesse momento inicial, era mais produtivo apresentar essa discussão a nível interno e, posteriormente, se os estudantes não tivessem recebido uma resposta, reencaminhar o documento para a Reitoria. Norberto Parente leu na íntegra o comunicado, após todas as alterações propostas. Sofia Cardoso considerou que não se devia mencionar AEFFUP pois o comunicado foi redigido pelos estudantes. Norberto Parente explicou que Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (DAEEFUP) e AEFFUP eram referentes a coisas distintas, uma vez que AEFFUP referia-se a todos os associados. Maria Monteiro levou a votação para manter AEFFUP no documento, sendo aprovado por maioria. Norberto Parente sugeriu o adiamento da votação do comunicado para as 48 horas seguintes devido ao reduzido número de estudantes. Maria Monteiro levou a votação se os estudantes queriam adiar a votação para uma RGA extraordinária, sendo reprovado por maioria. Norberto Parente declarou que estaria disponível para auxiliar a Mesa da RGA a fazer as últimas alterações linguísticas do comunicado. Maria Monteiro levou a votação a aprovação do comunicado, sendo aprovado por maioria. Tiago Rodrigues congratulou os estudantes que estiveram presentes na RGA sem qualquer tipo de dever e por puro interesse pelo futuro do MICF. ----------------------------------------------------------------------------------------------

Nada mais havendo a tratar, Maria Monteiro deu por encerrada a RGA às vinte e uma horas e trinta minutos. Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata que será assinada pela Presidente e Secretária da Mesa da RGA.--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| A Presidente da Mesa da RGA |  | A Secretária da Mesa da RGA |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Maria Ferreira Monteiro |  | Doina Siminel |